

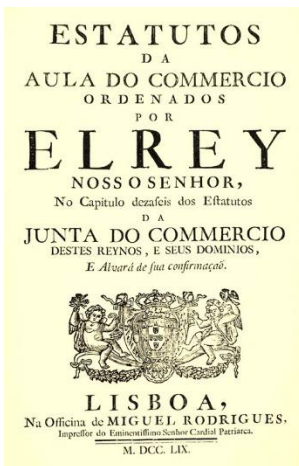
CAPÍTULO I

Da Fundação da Aula de Comércio à criação e desenvolvimento do Instituto Superior de Comércio (1756 a 1929)



O Departamento de Economia existe com a atual designação desde 1984. No entanto, é fruto de uma evolução histórica muito mais longa, que numa viagem ao passado, nos permite regressar às

origens remotas do atual Instituto Superior de Economia e Gestão, a *Aula do Comércio* que foi criada por determinação constante do [capítulo 16 dos Estatutos da Junta de Comércio](#), aprovados por Alvará de 12 de dezembro de 1756, em Lisboa, sob o reinado de José I de Portugal, no contexto das reformas empreendidas pelo seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, com o objetivo de corrigir os saberes deficientes dos mercadores portugueses.



Os Estatutos da Aula de Comércio viriam a ser aprovados por [Alvará de 19 de Maio de 1759](#), estabelecendo dessa forma uma escola que passaria

a ser considerada de nível secundário ou médio e em que as condições de admissão, duração do curso e matérias lecionadas não eram, de instrução básica, mas de nível inferior às do ensino superior. Funcionou regularmente entre 1759 e 1844, durante um período de oitenta e cinco anos, durante a qual passou por diferentes instalações vindo a estabelecer-se em 1824 no quarteirão norte do Terreiro do Paço junto à Rua da Prata. Tendo sido uma das primeiras, senão a primeira, escola pública de comércio a funcionar na Europa e no Mundo foi um êxito em termos de frequência.

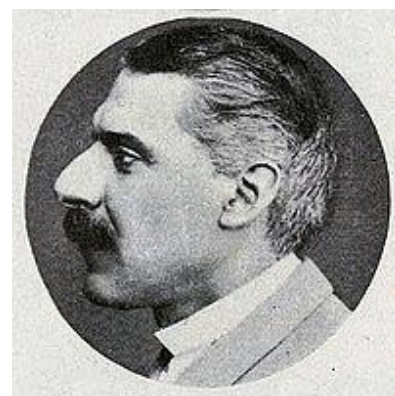
Os seus lentes produziram alguns dos primeiros manuais sobre as matérias, económica e comercial conhecidas em língua portuguesa e alguns dos primeiros diplomados atingiram posições de destaque, entre eles contaram-se figuras como [Alexandre Herculano](#) e o primeiro Presidente da Direção do Banco de Portugal, [Carlos Morato Roma](#).

Com a extinção da Junta do Comércio em 1834, a Aula de Comércio passou para a dependência do Ministério do Reino que a anexa ao Liceu de Lisboa, com o nome de “Escóla Commercial”. A nova reforma do ensino aprovada, no terceiro período de vigência da Carta Constitucional, foi feita pelo [Decreto de 20 de Setembro de 1844](#) que modificou profundamente o enquadramento da Aula de Comércio, transformando-a em Escola de Comércio, como forma de responder às necessidades criadas pela evolução registada na economia-mundo euro-atlântica e na sociedade portuguesa durante a primeira metade do século dezanove, sendo anexada ao ensino secundário liceal.

Em 1869 dá-se a sua integração no Instituto Industrial de Lisboa, visando formar pessoal para tarefas de natureza técnica nas atividades comerciais, mantendo-se as condições de acesso e do conteúdo do curso praticamente inalteradas, à exceção da exigência de conhecimento das principais línguas estrangeiras. Passando a existir três professores (dois titulares e um substituto), equiparados a professores do Liceu de Lisboa.

Poucos anos depois da sua integração no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o ensino comercial foi reformado, por [Decreto de 5 de Agosto de 1870](#), sendo criado um curso de comércio elementar e um de comércio completo e cerca de uma década e meia depois, foi criado o Curso Superior de Comércio, por [Lei de 6 de Março de 1884](#), com a duração de 4 anos e composto de 8 cadeiras.

Enquanto esteve no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o Curso Superior de Comércio foi alvo de sucessivas reformas de 1886 até 1911. A sua criação foi o culminar do projeto regenerador no domínio do ensino comercial. Ao fim de quase um quarto de século de crescimento económico relativamente regular, parecia possível que Portugal tomasse o seu lugar entre os países medianamente desenvolvidos e o ensino comercial de nível superior aparecia como uma possibilidade que não se veio a concretizar devido á crise de 1890-1892. Entretanto, o Decreto de [8 de Outubro de 1891](#) procurou simplificar o sistema de ensino comercial criado na década anterior, com o intuito de reduzir as despesas públicas com esse ensino.



Francisco Veiga Beirão

No entanto não diminuiu a importância dos seus diplomados na sociedade portuguesa. Um exemplo foi [Rodrigo Afonso Pequito](#) que chegou a desempenhar funções ministeriais durante a Monarquia Constitucional, como Ministro da Fazenda de um governo do Partido

Regenerador chefiado por [Ernesto Hintze Ribeiro](#) em 1904. Outro caso foi o de um professor da Secção Comercial de Lisboa e depois do Instituto Superior de Comércio, [Francisco Veiga Beirão](#), jurista distinto formado pela Universidade de Coimbra e chefe do penúltimo governo da monarquia constitucional.

A criação da escola que é hoje o ISEG, foi feita pelo [Decreto-Lei de 23 de Maio de 1911](#), elaborado por Manuel Brito Camacho, criando a partir do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o Instituto Superior de Comércio e o Instituto Superior Técnico. Este decreto foi apenas uma das medidas de reforma da instrução pública tomadas pelo Governo Provisório da República. Ao nível do ensino superior nesta altura são de destacar a criação da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto, a partir das escolas superiores já existentes e a criação em Lisboa a partir de escolas de nível misto secundário ou médio superior, das escolas técnicas superiores – Escola de Medicina Veterinária, Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior Técnico e Instituto Superior de Comércio, que mais tarde viriam a formar a Universidade Técnica de Lisboa.

No entanto existiram dificuldades de arranque autónomo das duas novas escolas, por isso [o Decreto de 14 de Outubro de 1911](#) determinou que no Instituto Superior Técnico, se lecionasse provisoriamente o ensino superior comercial, o ensino secundário industrial e o ensino secundário comercial, tendo esta situação permanecido até 1913. O Instituto Superior de Comércio só iniciou o seu funcionamento no ano letivo de 1913-1914, depois de apuradas as bases da sua estruturação pela [Lei de 5 de Junho de 1913](#). De acordo com essas bases, eram lecionados no Instituto Superior de Comércio três cursos, o Curso Superior Aduaneiro, o Curso Superior Consular e o Curso Superior de Comércio, com os planos de estudos já previstos no regulamento de 1912. Na prática, portanto, o regulamento de 1913 limitou-se a suprimir o Curso de Agentes Comerciais, afastando definitivamente do Instituto Superior de Comércio o ensino não superior.

De acordo com a lei, era concedida aos diplomados com o Curso Superior Aduaneiro exclusividade no preenchimento dos lugares do quadro do serviço interno das alfândegas, aos diplomados com o Curso Superior Consular preferência no preenchimento dos lugares da carreira consular e aos diplomados com o Curso Superior de Comércio exclusividade no preenchimento dos lugares de docente do ensino comercial não superior e preferência no preenchimento dos lugares dos quadros do Ministério das Finanças, da Direcção-Geral do Comércio e Indústria e da docência do ensino comercial superior.

Estava previsto um quadro de quinze professores ordinários ou extraordinários e nove professores auxiliares. Os professores ordinários eram de nomeação definitiva, enquanto os professores extraordinários eram de nomeação temporária, por um período de dois anos.

Como o Instituto Superior Técnico se manteve nas instalações do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o início do funcionamento autónomo do Instituto Superior de Comércio implicou a mudança para novas instalações, situadas em parte do edifício do Convento de



Santa Brígida “Inglesinhas”, com entrada pela Rua João das Regras (hoje Rua das Francesinhas), onde a escola se manteve até hoje. Essas instalações seriam ampliadas cerca de década e meia depois com a cedência do resto do Convento de Santa Brígida, com entrada pela Rua do Quelhas.



Em 1920, o Instituto Superior de Comércio receberia ainda do Instituto Superior Técnico o antigo Convento das Francesinhas (foto lateral). A maior parte deste espaço não veio, porém, a ser utilizado pelo Instituto Superior de Comércio. Na verdade, a parte contígua ao Convento de Santa Brígida junto à Rua João das Regras

(hoje Rua das Francesinhas) estava ocupada desde a primeira década do século pelo Posto Marítimo de Desinfecção e por uma esquadra de polícia, que acabaram por se manter no local até quase ao final do século.

A parte restante junto à mesma rua viria a ser utilizada para a instalação de um jardim público na década de 30 do século XX. Apenas uma parte da cerca ficou definitivamente para o Instituto Superior de Comércio, abrindo-lhe um acesso pela Rua Miguel Lúpi.

O regime do Instituto Superior de Comércio passou por vários ajustamentos entre os quais os que foram produzidos pela [Lei nº 113 de 21 de Fevereiro de 1914](#) e pelo [Decreto nº 1909 de 23 de Setembro de 1915](#). As mudanças mais importantes disseram respeito à criação de um terceiro curso de duração mais curta visando a formação de pessoal especializado para funções públicas específicas ligadas ao Ministério das Finanças. O mesmo Decreto substituiu os professores auxiliares por assistentes.

Foi no ano letivo de 1916-1917 que pela primeira vez se inscreveu no Instituto Superior de Comércio uma estudante do sexo feminino, Catarina Nunes, que viria a concluir o Curso Superior

de Comércio em 1921. O número de estudantes do sexo feminino foi depois crescendo com grande lentidão ao longo dos anos seguintes.

Ainda no mesmo ano, foi determinada uma reforma global do ensino industrial e comercial, através do [Decreto com força de Lei nº 5029 de 1 de Dezembro de 1918](#). Esta reforma quase não modificou a situação do Instituto Superior de Comércio.

O ano letivo de 1925-1926 foi marcado por um grave conflito académico no Instituto Superior de Comércio, desencadeado pelo [Decreto nº 11225 de 7 de Novembro de 1925](#), que acabou com a exclusividade do preenchimento dos lugares de docente do ensino comercial não superior pelos diplomados com o Curso Superior de Comércio. Este conflito viria a ser resolvido após a revogação do Decreto nº 11125 pelo [Decreto nº 12147 de 19 de Agosto de 1926](#).

Através do [Decreto com força de Lei nº 16729 de 13 de Abril de 1929](#) dá-se novamente a transferência da tutela do ensino técnico para o Ministério da Instrução Pública, onde foi organizada a Direcção-Geral do Ensino Técnico. As notícias desta transferência e da constituição da Universidade Técnica de Lisboa suscitaram reações contraditórias entre os professores do Instituto Superior de Comércio.



Francisco António Correia discordou dessas medidas e deixou a direcção do Instituto antes da conclusão do seu quarto mandato, sendo substituído ainda em 1928 por José Joaquim Mendes Leal, que não viria a completar um mandato de três anos, sendo por sua vez substituído em 1930 por [António Lino Neto](#). O principal apoiante do novo enquadramento do Instituto terá sido [Moses Bensabat Amzalak](#), que viria a desempenhar importantes papéis institucionais na década seguinte.

Professor António Lino Neto

Vice-Reitor UTL

O Instituto Superior de Comércio nas vésperas da criação da Universidade Técnica de Lisboa

A reforma de 1926 permaneceu em vigor até à criação da Universidade Técnica de Lisboa e à integração nela do Instituto Superior de Comércio, que era já uma escola claramente maior do que aquando do início do seu funcionamento. O corpo docente tinha cerca de três dezenas de professores e assistentes, o que correspondia a um aumento de cerca de 30% em relação à situação inicial e corpo discente cerca de duas centenas e meia de alunos, o que correspondia aproximadamente a uma duplicação em relação à situação inicial. A proporção entre estudantes e docentes tinha, portanto, aumentado para cerca de 8:1. O corpo docente era ainda exclusivamente masculino, o

corpo discente contava já com cerca de meia dezena de senhoras (cerca de 2% do total dos alunos). O número de conclusões de curso por ano era da ordem das quatro dezenas, tal como o número de alunos cerca do dobro da situação inicial. As despesas anuais estavam a ultrapassar o milhar de contos o que correspondia a um aumento real de cerca de 40 % em relação à situação inicial.

A importância do Instituto Superior de Comércio

A criação do Instituto Superior de Comércio como escola superior autónoma aumentou, naturalmente, a importância económica e social da profissão de comercialista e dos diplomados com os cursos superiores correspondentes. Durante o período de existência do Instituto Superior de Comércio foram vários os casos de assunção de importantes funções públicas por comercialistas ou professores do Instituto. São de destacar os casos de Francisco António Correia, comercialista e professor do Instituto, que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1920 e Ministro das Finanças em

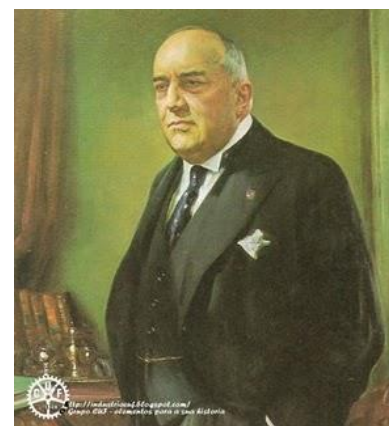


Francisco António Correia

1921, António Curson, também comercialista (mas diplomado pelo

Instituto Industrial e Comercial do Porto) e professor do Instituto, que foi Ministro do Comércio em 1921, António Lino Neto, jurista e professor do Instituto, que foi Presidente da Câmara dos Deputados, e Vitorino Guimarães, oficial do exército e professor do Instituto, várias vezes Ministro das Finanças e Presidente do Ministério em 1925.

Entretanto, também na vida empresarial e no aparelho de Estado se destacavam os nomes de alguns comercialistas, tais como Alfredo da Silva, empresário fundador da Companhia União Fabril (CUF), e de António José Malheiro, Director-Geral da Contabilidade Pública desde a época da Primeira Guerra Mundial até ao imediato segundo após-guerra.



Dr. Alfredo da Silva

Tudo isto não obstava a que o papel e o prestígio social dos comercialistas, experimentassem alguma dificuldade em firmar-se, até porque o apenas mediano nível de desenvolvimento da economia portuguesa não atribuía ainda um peso preponderante ao sector terciário que era o seu espaço de emprego privilegiado.